



v.14, n.1, 2017
Setembro-Dezembro
Dossiê 150, 100, 50

150 ANOS DE LEITURA D'O CAPITAL
[150 YEARS READING CAPITAL]

Raquel de Azevedo
Doutoranda em Filosofia - PUC-Rio, Brasil
E-mail: raquelazevedo@gmail.com

RESUMO ABSTRACT

Nas comemorações dos 150 anos de publicação d'O Capital de Marx, este trabalho se propõe a discutir a sugestão de leitura que Louis Althusser apresenta no prefácio de Lire Le Capital. A recomendação de que se comece pelo capítulo 4 se tornou canônica porque é, entre outras coisas, uma forma de mapear o livro a partir de uma aposta no trabalhador como sujeito histórico. Buscamos estabelecer um novo mapeamento que tome como ponto de partida a noção de limite associada aos ciclos econômicos.

With the 150th anniversary of Marx's Capital publication, this paper aims to discuss the reading suggestion that Louis Althusser presents in the preface to Lire Le Capital. The recommendation to begin with chapter 4 has become canonical because it is, among other things, a way of mapping the book from the idea of the worker as a historical subject. We seek to establish a new mapping that takes the notion of limit associated with economic cycles as its starting point.

PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS

O Capital. Marx. Capital. Marx.
Althusser. Ciclos econômicos. Althusser. Economic cycles.
Limite. Limit.

À época da comemoração dos 100 anos de publicação do Livro I d'*O Capital*, Louis Althusser lançava, em colaboração com seus alunos Étienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherey e Jacques Rancière, os resultados do seminário realizado em 1965 que buscava tomar a obra marxista como um objeto filosófico. No prefácio de *Lire Le Capital* o leitor encontra uma recomendação que se tornaria um cânone de leitura d'*O Capital* de Marx. Althusser sugere que se comece a leitura do Livro I não pelos mistérios da mercadoria e da sociedade mercantil, em que reinam “liberdade, igualdade, propriedade e Bentham”, mas pelo capítulo quatro, *Como o dinheiro se transforma em capital*, em que a troca de equivalências dá lugar à troca de não-equivalências quando Marx coloca em cena uma mercadoria especial, a força de trabalho, que é vendida por seu valor, mas cuja utilização real se caracteriza pela produção de mais-valor. Nas comemorações dos 150 de publicação d'*O Capital*, este trabalho propõe outra sugestão de leitura para livro. Trata-se de identificar nos estudos que vão do fetiche da mercadoria à acumulação primitiva um desdobramento daquilo que aparece de forma condensada n'*A Ideologia alemã* a respeito do problema da divisão do trabalho. Caçar pela manhã, pescar à tarde e criticar depois do jantar, sem que seja necessário se fixar a nenhuma dessas atividades para se obter os meios de vida, é como que o resultado geral que a produção capitalista, enquanto série infinita, parece engendrar. Ler *O Capital* a partir do problema infinitesimal posto pela divisão do trabalho seria um modo de abandonar uma leitura fundada na diferença entre essência e aparência, tal como proposta por Althusser, em benefício de uma leitura que toma o que há fora da relação capitalista como um limite matemático.

É especialmente aos proletários que Althusser dirige sua estratégia de leitura. Imunes à dificuldade ideológica que *O Capital* evoca por partilharem com a ordenação do livro a própria ordenação de suas vidas, os trabalhadores estariam, no entanto, expostos a uma segunda dificuldade, a teórica. A sugestão althusseriana não é senão uma tentativa de diminuir a barreira de entrada, o capital inicial hegeliano e spinozista de que se precisa para compreender que Marx passa os três primeiros capítulos do livro apenas testando a elasticidade dos conceitos da economia política. Trata-se de um plano para evitar que a ausência de um treinamento para a abstração, que exige uma aprendizagem como outra prática qualquer, leve o sujeito que tem uma experiência direta de exploração a ser excluído da prática que o toma como elemento central. Althusser quer disseminar a leitura, quer encontrar um modo de tornar mais acessível o algoritmo de Marx sobre o modo de produção capitalista, mas sua estratégia parece esbarrar no problema da reprodução da relação capitalista. O leitor entra em cena junto com a mercadoria de propriedades singulares que é a força de trabalho, identifica-se com as lutas pela redução da jornada de trabalho e com os artifícios para a redução de seu salário real, mas pouco sabe sobre o que o transformou num sujeito dividido, que controla sua força de trabalho, mas aliena seu uso. Essa sugestão de leitura operaria, portanto, com uma relação especular entre o trabalhador e a abstração de Marx, mas não ajudaria a responder o que é a luta de classes na sociedade capitalista, isto é, de onde provém a característica peculiar da força de trabalho de produzir mais-valor.



É preciso saber o que é a luta de classes. Embora a relação de produção capitalista não se dê fora dela, essa não é uma questão que se insinue a priori, delinea-se, antes, em sua repetição. Nos primeiros capítulos d' *O Capital*, Marx reproduz incessantemente o algoritmo que circulava no âmago da economia política a fim de obter alguma explicação para a divisão entre proprietários e não-proprietários. No entanto, a fórmula M–D–M, isto é, as metamorfoses da mercadoria condensadas nas operações de compra e venda, nada esclarece sobre a produção combinada de riqueza e miséria que caracteriza a relação capitalista, restando à economia política trazer a desigualdade até seu ponto mais remoto com suas fabulações acerca das duas espécies de gente no início dos tempos: uma elite poupadora e uma ralé que gastava mais do que tinha. “A lenda teológica”, diz Marx, “contanos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo porque existem pessoas que escapam a esse mandamento divino”¹.

A economia política não se furta, porém, de pensar a repetição de seu algoritmo. Com o *Quadro Econômico dos Fisiocratas*, publicado em 1758 pelo médico francês François Quesnay, é a circulação sempre idêntica da produção agrícola que se repete em uma economia nacional. O regime de temporalidade da fisiocracia é dado pela terra, o que leva Quesnay a conceber o juro como modo de recomposição da produtividade da terra e como fundo de reserva contra as intempéries. Adam Smith, que publica *A Riqueza das Nações* em 1776, mesma década em que se difundiu nas indústrias inglesas a máquina a vapor de James Watt, complexifica o problema da reprodução. Se a hipótese mercantilista acerca da riqueza das nações estivesse correta, o grande objetivo da economia política em um país que não pudesse obter ouro e prata por meio de minas seria, segundo Smith, a balança comercial favorável. O acúmulo de metais preciosos exigia, portanto, um conjunto de restrições ao comércio internacional, mas ouro e prata insistiam em escapar ao domínio nacional a despeito de todas as proibições. Contrariando a lógica do entesourador, que procura expandir o valor tirando-o da circulação, Smith identifica nos fluxos do comércio internacional uma força magnética da manufatura inglesa em atrair os metais que Espanha e Portugal outrora saquearam do continente americano. À lógica do entesourador se opõe à lógica do capitalista, diria Marx, ou seja, os proprietários têm de lançar continuamente o seu capital na circulação para dela arrancar uma soma maior. Se a forma reificada com que os mercantilistas concebiam a riqueza sucumbe diante do florescimento da manufatura, significa dizer que é na forma específica de divisão do trabalho no interior das oficinas que a força de trabalho se coloca como fonte de valor. O trabalhador se apresenta no mercado como sujeito que produz a sua própria miséria ao produzir a riqueza alheia quando a produção social não é mais regulada pelo ofício independente do artesão, mas pela decomposição do processo de trabalho individual nas diferentes operações que o constituem.

Para Marx, o que se repete, portanto, não é uma temporalidade dada pelo trabalho aplicado à terra, como queria Quesnay, mas uma temporalidade segundo a qual o trabalhador só pode obter seus meios de vida vinculando-se a uma tarefa parcial

1 MARX, 2005, p. 827.



do processo de trabalho. Significa dizer que à temporalidade das estações do ano, das marés, do dia e da noite, e demais ciclos naturais, opõe-se uma temporalidade dada pela velocidade com que o trabalhador parcial opera sua ferramenta. É, portanto, no interior da manufatura inglesa que encontramos nossa definição de luta de classes: não é apenas à figura de um patrão que o trabalhador se opõe, mas ao produto do seu trabalho e ao processo de trabalho como coisas que lhe são alheias, pois ele, não sendo mais artesão ou camponês, está fixado a uma fração ínfima da totalidade do processo. O leitor de Althusser não é, porém, o trabalhador manufatureiro que nos descreve Marx e sim o trabalhador que está na órbita da indústria moderna, em que a produção não depende da habilidade parcial que o trabalhador desenvolve no interior da oficina, da animalidade do adestramento de seus membros e de sua mente à divisão manufatureira do trabalho, mas da aplicação tecnológica da ciência.

A passagem da manufatura capitalista à grande indústria moderna corresponde a um problema econômico fundamental com que Marx tem de lidar n' *O Capital*. Esse movimento exige que se explique como a relação capitalista se reproduz fazendo com que o trabalhador, única fonte de mais-valia, deixe de ocupar a centralidade do processo produtivo, sem que isso deixe de ser compatível com taxas de lucro crescentes. Marx diz que uma das obras mais perfeitas da manufatura foram as oficinas para a produção de ferramentas que se replicavam em suas adjacências. As ferramentas especializadas do trabalhador parcial da manufatura seriam reunidas nos braços mecânicos dos sistemas de máquinas da grande indústria moderna. Embora Marx argumente que a maquinaria se divide em três elementos fundamentais, a saber, os braços mecânicos, o sistema de transmissão e o motor, é no primeiro que encontra a origem da reprodução cíclica do capital, abstendo-se, assim, de desdobrar os problemas geopolíticos e ambientais associados às outras duas partes. O significado econômico da substituição do trabalhador coletivo da manufatura pelo sistema de máquinas é a elevação da composição orgânica, proporção em que o capital se divide em constante (o valor dos meios de produção) e variável (o valor da força de trabalho). O decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante é apenas um indicativo econômico de que essas transformações no processo produtivo apontam para uma redução na taxa de lucro. Não poderia ser de outra forma na medida em que os braços mecânicos deslocam o trabalhador da centralidade da produção. No entanto, o aumento de produtividade obtido com o sistema de máquinas se faz acompanhar por uma elevação proporcional na velocidade da acumulação, ou seja, é preciso uma massa cada vez maior de capital adiantado para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e para extrair a mesma quantidade de trabalho excedente. Se o capital global cresce em uma proporção superior ao aumento da produtividade social média – e “isto é mais que uma possibilidade, é uma necessidade”, diz Marx –, o movimento de queda da taxa de lucro só existe como tendência. O capital global produz trabalho excedente em ritmo crescente, ainda que decresça de forma relativa a fonte de sua valorização.

No capítulo sobre a acumulação primitiva, Marx estabelece um limite à regressão

infinita das fabulações da economia política sobre a existência de grupos poupadores e não-poupadores no início dos tempos e o corte se dá pela reconstituição da pré-história de roubo, violência e expropriação que caracteriza a acumulação capitalista. Ao não fixar uma diferença entre a história e a pré-história do capital, a economia política se tornara, nas palavras de Marx, a mais moral de todas as ciências; a autorrenúncia e a renúncia à vida são suas teses principais. A noção de que o capital se coloca sobre seus próprios pés separando violentamente o trabalhador de seus meios de vida refuta o moralismo da economia política, isto é, faz com que a origem da relação capitalista possa ser atribuída a um fenômeno definido e singular na história. Há um início e ele consiste na regra que Marx toma de empréstimo da lógica de Hegel: o momento em que uma mudança quantitativa (a reunião de um certo número de trabalhadores parciais na oficina) se transforma numa mudança qualitativa (a característica peculiar da força de trabalho de produzir mais-valor). O que se vê, porém, é que o movimento da queda tendencial da taxa de lucro, tal como descrito por Marx, recria uma espécie de arrasto infinitesimal na teoria econômica (similar àquele que Marx elimina na origem na relação capitalista). Significa dizer que a série infinita de ciclos econômicos, que nada mais são que variações da velocidade de acumulação diante do índice de produtividade social proposto por Marx, se confunde com o seu limite. Essa é a própria definição de limite que era elaborada pelos matemáticos contemporâneos a Marx no século XIX. Ou seja, uma série infinita não tende a um determinado ponto; o limite de uma sequência infinita é idêntico à própria sequência.

A tradução dessa noção de limite para uma política de emancipação não é simples. O que vemos condensado na definição de comunismo na *Ideologia Alemã* é justamente a contradição entre o arrasto infinitesimal da acumulação capitalista e seu limite. Vejamos, uma vez mais, o que diz Marx:

Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não se pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado².

O que exatamente significa viver no limite quando esse limite não equivale mais às

2 MARX; ENGELS, 2007, p. 37-38.



intuições espaciais que devemos aos paradoxos de Zenão, ou seja, quando a pergunta a respeito de quando Aquiles atinge a tartaruga se torna irrelevante, pois o limite é a própria sequência e não um ponto fora dela? Como vislumbrar uma produção social em que o indivíduo não esteja preso a uma tarefa parcial como modo de obter seus meios de vida se parece não haver nada fora do movimento associado à queda tendencial da taxa de lucro? Dizíamos que Marx extrai dos braços mecânicos da maquinaria capitalista a sua compreensão acerca dos ciclos econômicos. É essa porção singular da máquina que explica o surgimento de uma lei populacional especificamente capitalista, isto é, na qual o conjunto da população trabalhadora se torna uma variável dependente dos ciclos de acumulação. Significa dizer que os ciclos do capital consistem em deslocamentos, degradação, expansão e contração de populações segundo as necessidades elásticas da acumulação, mas nada parece se perder nessa operação. Há um conjunto populacional dado, sempre disponível. No entanto, o estudo dos dois outros elementos da maquinaria, a saber, os mecanismos de transmissão e o motor, ou seja, as tecnologias militares de comunicação e o petróleo, conduz a análise a outras formas de temporalidade que não a da evolução do índice de produtividade social. São elas: a guerra permanente e o Antropoceno. No caso do Antropoceno, não se trata de um retorno à temporalidade da terra como imaginada por Quesnay, pois o que se perde é justamente a pressuposição de que cada ciclo de acumulação se reinicia sob uma disponibilidade razoavelmente estável de recursos.

Nesse sentido, sugerimos ler *O Capital* a partir do limite. Começamos pelo limite, isto é, a partir da degradação da relação capitalista não apenas em termos da formação de uma população excedente, dispositivo que permite ao capital sempre reiniciar seus ciclos de acumulação, mas também pela possível inelasticidade de um conjunto de populações (humanas e não humanas) diante dos ciclos. É preciso considerar as extinções e mudanças irreversíveis do clima envolvidas em cada variação do ritmo de acumulação. Trata-se, portanto, de ampliar a leitura a respeito da maquinaria capitalista e de avaliar seus efeitos nos ciclos do capital. É aí, nessa sequência infernal, que está o trabalhador de Althusser.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Lire Le Capital**. Paris: F. Maspero, 1978.

PETTY, W.; HUME, D.; QUESNAY, F. **Obras econômicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 2.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 4.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.



AZEVEDO, Raquel de. 150 anos de leitura d'O Capital. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set.-dez., 2017, p. 47-53.